



Poder simbólico e protesto: uma análise das representações dos governos brasileiros e argentinos sobre as ações do MST e do movimento *piquetero*

*Camila Penna**

Resumo

O trabalho tem o propósito de identificar e analisar as representações produzidas pelos governos de Brasil e Argentina para enquadrar o protesto social e seus protagonistas no período entre 2000 e 2005. A partir da noção de “poder de nomeação” (Bourdieu, 2007) analisamos as falas dos representantes do Poder Executivo emitidas com referência às ações de protesto e publicadas em jornais impressos no período entre 2000 e 2005. Mais especificamente são examinadas, por meio de análise de conteúdo categorial temática, as falas de ministros, presidentes e porta-vozes da presidência em suas categorizações: das ações de protesto do MST e dos *piqueteros*; do MST e das organizações piqueteras como atores políticos; e das reações oficiais do governo em relação a elas.

Palavras-chave: enquadramento, protesto, representação, Brasil, Argentina, poder de nomeação.

Recibido: 18-02-2011/ Aceptado: 25-11-2011

* Universidade de Brasília (UnB), Brasil. E-mail: camilapenna2003@yahoo.com.br

Symbolic Power and Protest: An Analysis of the Representations of Two Governments, Brazil and Argentina, on the Actions of MST and the *Piquetero* Movement

Abstract

The article aims to identify and analyze representations produced by governments in Brazil and Argentina to classify social protest and its protagonists between 2000 and 2005. Working with the concept of "nomination power" (Bourdieu, 2007), the study analyzes speeches by executive power representatives regarding protest actions, published in newspapers from 2000 to 2005. Through thematic content analysis, the speeches of ministers, presidents and spokesmen are examined in the categories of: protest actions of MST and the *piqueteros*; MST and *piqueteros* as political actors; and official reactions by the government to such actions.

Keywords: Classifying, protest, representation, Brazil, Argentina, nomination power.

Resumen

Partindo de categorias analíticas como repertórios de ação coletiva, *frame* e poder simbólico o artigo analisa falas de representantes do Executivo no Brasil e na Argentina – emitidas entre 2000 e 2005 e veiculadas em jornais impressos – sobre os movimentos protagonistas do protesto neste período e sobre suas ações coletivas. Na primeira sessão são apresentados os principais conceitos teóricos em torno dos quais é levada a cabo a análise; posteriormente apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. Os resultados da análise e a discussão estão divididos por país e por governo. A primeira parte trabalha com os resultados encontrados para os governos do Brasil e a segunda com os resultados encontrados para os governos da Argentina entre 2000 e 2005.

Como conclusão o artigo traz alguns aportes interessantes, como por exemplo o a análise do contexto de construção da retórica anti-piquetera pelo governo de Néstor Kirchner, que continuou pautando o discurso e as ações relativas ao protesto social dos *desocupados* no governo seguinte. O estudo comparativo também permitiu observar proximidades marcantes entre os enquadramentos do governo Lula e do governo Kirchner no tocante à estratégia de deslegitimar alguns repertórios de protesto por meio da alusão à inutilidade de tais ações coletivas. Por fim assinala-se a importância de se olhar para a di-

mensagem simbólica da ação do Estado, uma vez que é por meio dela que se dá sentido aos contextos políticos e econômicos e às ações oficiais levadas a cabo nestes contextos. Em outras palavras, levar em conta a dimensão de construção de significado para determinados objetos sujeitos à ação do Estado é fundamental para a compreensão desta ação.

Introdução

O trabalho objetiva analisar comparativamente os enquadramentos produzidos pelos governos de Brasil e Argentina sobre os principais repertórios de ação coletiva dos movimentos protagonistas do protesto entre 2000 e 2005: o movimento *piquetero* na Argentina e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil (OSAL, 2006). Mais especificamente, busca-se fazer uma reflexão sobre as formas pelas quais os três governos argentinos e os dois governos brasileiros deste período enquadraram e categorizam as ocupações de terra e os bloqueios de rodovia como formas de protesto utilizadas pelo MST e pelas organizações de desempregados respectivamente.

O enquadramento dado pelos governos a estes repertórios de protesto são produzidos a partir da linguagem. Ou seja, através de falas emitidas em discursos e pronunciamentos oficiais, entrevistas, documentos, etc. que possuam termos qualificadores das ações de protesto e de seus agentes. À capacidade do Estado de produzir representações válidas para determinada realidade social através da linguagem Bourdieu (2007) denomina "poder de nomeação". Tal poder se deve à autoridade e legitimidade que detém o Estado para impor quadros interpretativos e categorias por meio dos quais se enxerga a realidade. As representações produzidas pelos diferentes governos para o protesto são importantes na medida em que, ao enquadrarem a realidade de determinada forma, permitem justificar e legitimar políticas específicas como, por exemplo, a criação de constrangimentos jurídicos ou o aumento do policiamento do protesto (Della Porta, 1996).

Repertórios de protesto e poder simbólico

Repertório é "um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e exercitadas mediante um processo de seleção relativamente deliberado" (Tilly *apud* Auyero, 2002: 5). Eles têm caráter interativo, ou seja, emergem da relação entre atores coletivos e Estado, não podendo ser entendidos unicamente a partir de variáveis estruturais como o tipo de sistema político ou o tipo de regime, nem tampouco exclusivamente a partir de um "voluntarismo popular".

Repertórios são constituídos de um grupo de performances, que são ações específicas como abaixo-assinados, demonstrações, bloqueios de rodovia, ocupações de terra, etc., que ligam, no mínimo, dois atores específicos: os

reivindicadores e os objetos da reivindicação (Tilly, 2006). Na medida em que dependem dos agentes envolvidos na interação e do contexto no qual se inserem tais agentes, cabe observar que os repertórios variam conforme o país, a época, e os elementos da interação (Tilly, 2006). No período estudado o principal repertório de ação utilizado pelo MST foi a ocupação de terras e o principal repertório utilizado pelo movimento *piquetero* foi o corte de vias públicas (OSAL, 2006).

Mas dizer que repertórios de ação coletiva possuem uma dimensão interativa – que são constituídos também a partir da relação com os governos – requer um tratamento mais detido dos determinantes materiais e simbólicos desta relação. O presente trabalho se dedica a analisar a dimensão simbólica da interação, entendida como o processo de construção de representações válidas para os movimentos sociais de maior protagonismo no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2005 e para suas ações de protesto. Esse processo é trabalhado olhando-se para um dos lados da interação: o que diz respeito à produção simbólica de representações sobre os agentes do protesto e suas ações políticas.

Para tanto um conceito importante é o de “poder simbólico” (Bourdieu, 2007). O poder simbólico é “o poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (Bourdieu, 2007: 14). Ele é exercido por meio da utilização/apropriação de símbolos que são os instrumentos de integração social, uma vez que tornam possíveis consensos acerca do sentido do mundo social. Na medida em que o mundo social pode ser entendido e interpretado de diferentes formas, e na medida em que o agente que detém maior poder simbólico tem capacidade de determinar representações do mundo social dominantes, os diversos atores políticos estariam, pois, envolvidos em uma disputa para impor a definição do mundo social mais conforme a seus interesses (Bourdieu, 2007).

Contudo, cabe observar que esta disputa não se dá entre agentes de recursos iguais. As relações de comunicação são sempre relações de poder, e os agentes detêm poder em proporção ao reconhecimento que recebem dos outros grupos. E nessa distribuição assimétrica de reconhecimento é necessário observar que o Estado “é o detentor do monopólio da nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem” (Bourdieu, 2007: 149). Ou, em outras palavras, ele é o agente que detém maior legitimidade dentro do campo político para impor sua representação do mundo social.

Esse legitimidade está relacionada ao que Bourdieu denomina poder de “nomeação oficial”, que é o “ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima” (Bourdieu, 2007: 146). A nomeação oficial seria então a expressão do ponto de vista de um agente autorizado, legítimo, que dá acerca dos agentes

sociais “a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal” (Bourdieu, 2007: 147). É a partir das considerações sobre a assimetria entre o Estado e agentes particulares de poder para a definição do mundo social que podemos analisar o conteúdo dos atos de fala proferidos por representantes do Estado no escopo disso que Bourdieu (2007) chama de “nomeação oficial”.

As formas de representação do mundo social produzidas pelo Estado também podem ser entendidas a partir do conceito de *framing* ou enquadramento, que é a ação de produzir “esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e classificar ocorrências dentro de seu espaço de vida e do mundo como um todo” (Della Porta e Diani, 1999: 69). Cabe destacar que a noção de frame é geralmente utilizada na literatura de movimentos sociais para se referir à ação das lideranças com o propósito de fomentar a ação coletiva em determinados contexto enquadrando-os como oportunidades políticas. Mas a ação de produzir esquemas de interpretação e classificação dos fenômenos sociais também é levada a cabo por outros atores, tais como os representantes do governo (Zald, 1996).

É relevante estudar a dimensão simbólica do poder de nomeação pois é ela que dá sentido e significado aos repertórios de ação coletiva. E o sentido que se dá às ações coletivas, notadamente o sentido oficial, por meio da nomeação, tem impacto nas próprias ações materiais de fato. Os enquadramentos produzidos a partir da nomeação oficial são relevantes na medida em que ao construir representações para a realidade levam também à possibilidade de legitimação e justificação de determinadas políticas do governo em relação aos atores políticos no campo dos movimentos sociais e às suas ações de protesto. Nesse marco estão inseridas as políticas de criação de constrangimentos legais para as ações de protesto – definições jurídicas do que são formas de protesto legais e ilegais – sujeitas a punição (Della Porta, 1996).

Metodologia

O MST e as organizações piqueteras foram os atores coletivos de maior protagonismo no Brasil e na Argentina no período entre 2000 e 2005 em termos de frequência na realização de ações de protesto (OSAL, 2006), tendo como interlocutor por excelência o Estado – que tem tanto a prerrogativa de desapropriar terras para fins da reforma agrária, no caso do Brasil, como a prerrogativa de distribuir planos sociais de auxílio aos trabalhadores desempregados, no caso argentino, demandas centrais dos respectivos movimentos em cada país. Nesse sentido justifica-se uma análise das formas pelas quais estes movimentos e suas ações de protesto foram enquadrados e representados em discursos, pronunciamentos e entrevistas de representantes dos diferentes governos, e de como essas formas de representação se relacionaram com a adoção de determinadas políticas oficiais. As comunicações aqui analisadas

são as emitidas por chefes do Poder Executivo Nacional: Ministros, Presidentes e Porta-Vozes. A escolha por analisar as falas destes se justifica na medida em que eles são os representantes máximos da posição de cada governo. Mesmo que esteja presente certa heterogeneidade entre os diferentes Ministros, todos eles foram indicados pelo próprio Presidente, e são, portanto, porta-vozes da postura oficial do governo.

A análise das representações produzidas pelos governos de Brasil e Argentina sobre os movimentos sociais protagonistas do protesto e sobre suas ações coletivas no período entre 2000 e 2005 foi feita por meio da seguinte metodologia. Para a construção dos *corpora* de cada governo em cada país foram coletadas falas emitidas por representantes do Executivo e que continham alguma forma de classificação das ações de protesto e dos movimentos protagonistas. Como referências sobre eventos de protesto não aparecem de forma constante em discursos e pronunciamentos oficiais, as falas tiveram que ser buscadas em arquivos de jornais impressos cujas reportagens sobre os eventos continham citações de pronunciamentos dos representantes do governo (presidente, porta-voz da presidência, ministros). Os critérios para a busca foram os seguintes: a) utilizando-se a base de dados da cronologia do conflito do OSAL foi possível levantar as datas dos protestos relevantes para a pesquisa em cada país (ocupação de terras e bloqueios de rodovias) para o período em análise; b) uma vez identificadas as datas relevantes foi feita uma busca nos arquivos da biblioteca do Senado Federal no Brasil e na biblioteca do Congresso Nacional na Argentina; c) os jornais pesquisados foram, na Argentina: La Nación, Clarín e Página 12; no Brasil: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, Jornal de Brasília e Gazeta Mercantil; d) a busca foi feita a partir da data relevante referida acima, olhando-se cada um destes jornais no dia anterior ao evento, no dia do evento e no dia seguinte, ou seja, para cada evento houve um acompanhamento de três dias para cada jornal; e) foram coletados apenas os fragmentos que continham períodos completos de citações entre aspas – onde não havia edição com cortes –, e entrevistas publicadas integralmente. Como as mesmas falas são geralmente veiculadas em diferentes jornais, foi possível um certo controle com a verificação em diferentes fontes, optando-se pela citação mais completa. Este último critério teve o propósito de buscar contornar o viés dado pelos jornais nas reportagens em que se encontravam as citações coletadas.

Os *corpora* foram montados para cada governo em cada país, totalizando-se cinco *corpora*, três para a Argentina (governos De la Rúa, Duhalde, Kirchner) e dois para o Brasil (governos FHC e Lula). A análise de cada *corpus* foi feita com a técnica de análise de conteúdo, denominada análise categorial temática (Bardin, 1977). De acordo com esta técnica o pesquisador delimita algumas categorias de forma dedutiva e de acordo como os objetivos da pesquisa, a partir das quais são agrupados os fragmentos de falas. As três categorias delimitadas foram: a) termos qualificadores do ator coletivo; b) termos qualificadores da ação de protesto leva-

da a cabo por ele; c) termos qualificadores da reação do governo. Os fragmentos de fala foram portanto classificados na medida em que continham termos qualificadores pertencentes a uma destas três categorias. Abaixo apresentaremos os resultados da análise categorial para cada *corpus* e a discussão sobre estes resultados para cada país e governo analisados.

Ocupações de terra e representações no Brasil

Tabela 1. Qualificadores Governo FHC

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
Invasões	extremamente violento	não admite quebra da legalidade.
transgressões à ordem democrática	Irreduzível	reconhece a legitimidade dos movimentos
Violência	buscam o confronto	não pode tolerar que descambem para o aventureirismo
Criminalidade	Totalitário	governo não vai recuar
não pode anular a liberdade de outro	alguém possuído por um tipo de idealismo truncado, de um tipo de ideologia equivocada	governo jamais se negou ao diálogo com os movimentos sociais
Violência privada	Facista	apego à democracia e à tolerância
resolver o problema com as próprias mãos	Torturador	medidas do governo são baseadas rigorosamente na lei
escalada em busca do confronto.	cabeças fanatizadas	não pode tolerar que os movimentos sociais descambem no aventureirismo, na violência e na criminalidade
Aventureirismo	Radicalismo	ação enérgica da PF
levar o país ao impasse	Radicalismo	não vamos admitir o prosseguimento dessa escalada anti-democrática
(-) Estado de direito democrático	Fraqueza	manter o Estado de direito democrático.
produzir o conflito	partido radical	Não vamos admitir nenhum tipo de descumprimento a esse dever de manter o Estado de direito democrático
arranha a lei	radicalmente contrário ao atual governo	disposição para o diálogo
falta de democracia	Político-partidários	não podemos ceder à chantagem nem cometer ilegalidades

Tabela 1. Qualificadores Governo FHC (Cont.)

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
tipo de ação	movimento totalizador cuja prioridade absoluta é combater politicamente o governo, e não mais lutar pela reforma agrária	este é um governo que dialoga
Injustificável	organizacionalmente autoritária	se e quando for necessário, o Exército será empregado. A Constituição prevê: entrou em colapso você utiliza o Exército.
ferir direitos humanos	organização férrea e centralizada	Sempre conversamos com o MST
Crime	isolado de seus parceiros tradicionais - a esquerda, o movimento sindical e parte da Igreja	adotar medidas duras e reforçar os poderes da polícia federal
busca pelo conflito	partido camponês radical	Sob chantagem ou ameaça não cedam um milímetro
querem mostrar que conseguem dobrar o governo	(-) bom senso	esclareço entender como legítimo e até necessária a intervenção política de qualquer ator social
Bagunça	não querem deixar a condição de assentados da reforma agrária	Diálogo
Desordem	Doutrina de juízo final	O governo está prossequindo com sua política de reforma agrária
Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
mudar a ordem vigente	gente que faz baderna	se houve descumprimento da medida, que tem força de lei, ocorrerá punição exemplar
luta armada	movimento que está se desviando da legalidade democrática	O Brasil e o presidente não vão admitir que funcionários públicos sejam reféns
desrespeito verbal	grupo de protesto organizado	reafirmo o meu compromisso pleno com a democracia e com as minhas responsabilidades e, portanto, com a necessidade de nós mantermos o respeito nesse país
Agressão	Baderneiro	que a ordem legal não será transgredida, que o governo agirá com firmeza nesse sentido,
Chantagem	Egoísmo	É preciso lutar com afinco para que a democracia no Brasil não seja uma palavra vazia,

Tabela 1. Qualificadores Governo FHC (Cont.)

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
Ameaça	Irracionalidade	Faremos cumprir a determinação do povo, que está escrita na constituição, com prudência e com moderação, mas com firmeza.
Invasões	partido político	É preciso punir a todos
Violência	eles já tem terra	Invasões de prédios públicos não estão previstas na democracia e tem de haver repressão
Invasões	causa totalitária	Repúdio
invadir terra	entidade que recebe recursos, inclusive do exterior	É uma obrigação, um dever legal do Gabinete de Segurança Institucional garantir a segurança do presidente
Invadir	utiliza recursos de convênios com o governo	Nossa ferramenta é o diálogo
Derrubar o Estado atual constrangimento de outros		evitar invasões O presidente expressa o seu mais veemente repúdio
Baderna		Reestabelecer ordem

No caso do Brasil cabe apontar que há uma marcada diferença entre o governo FHC e o governo Lula em termos do enquadramento que se fez do MST e de suas ações. A diferença é visível na própria nomeação da ação coletiva do movimento por excelência. No primeiro governo a ação de ocupar terras é nomeada como "invasão", ao passo que o termo "ocupação" não é utilizado para se referir a esta ação. A simples nomeação da ação contém uma carga normativa que é apontada por Macedo, Rosa e Sigaud (2008): "*Hoje se diz ocupar. Só os que se opõem aos movimentos se valem de invasões. Na linguagem acadêmica e na linguagem dos movimentos, o termo é ocupar*". (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008: 134-135). Nesse sentido cabe apontar que em que pese o viés dos jornais consultados (onde o termo invasão aparece invariavelmente), as falas reproduzidas de representantes do Executivo no governo FHC nomeiam a ação coletiva com o verbo "invadir".

Outra forma de enquadrar as ações de protesto do MST foi a partir de sua associação a termos como "baderna", "bagunça", "desordem". E também a partir da construção de uma oposição entre o as ações do movimento e a democracia. Cumpre observar que a idéia de democracia à qual se opõe a ação do movimento e que aparece nas falas aproxima-se a uma noção liberal de democracia, na qual se preza a garantia da liberdade respeitando-se a ordem.

Em qualquer dos fundamentos básicos da democracia e da existência do Estado há sempre a idéia de que a liberdade deixa de existir quando não existe uma ordem respeitada, assumida, aceita e, portanto, legítima (Fernando Henrique Cardoso, Folha de São Paulo 5/5/00)

Outra forma de enquadrar a ação do movimento é a partir da oposição entre as formas de ação coletiva do MST e a opinião ou posição do "povo brasileiro":

Algumas cabeças fanatizadas do MST até querem isso. Querem mudar a ordem vigente. Mas eles sabem que não têm o apoio externo necessário. A maioria esmagadora do povo é contra o radicalismo do MST e não apoiaria a luta armada (José Gregori, O Globo 14/5/00)¹

Também está presente nas qualificações da ação do MST a idéia de desrespeito à autoridade e ameaça à ordem:

O Brasil viu um péssimo exemplo de vandalismo na televisão, um profundo desrespeito à lei e ao regime democrático (Raul Jungmann, Jornal de Brasília 10/4/01)²

Cabe mencionar um último enquadramento dado à ação do MST: o que estabelece uma correlação negativa entre a ação e objetivos do movimento e a realização da reforma agrária. Isso é feito também através da re-afirmação da reforma agrária como prerrogativa da União:

O MST já ajudou a se conseguir uma tomada de consciência nacional da necessidade da reforma agrária, e está aí o governo fazendo a reforma agrária. Mas o movimento não precisa mais usar as invasões para forçar uma reforma agrária, por que ela já tem uma dinâmica própria, ela não vai parar de jeito nenhum (...) Não precisa mais invadir terra no Brasil para se induzir a consciência da necessidade da reforma agrária no país. Ela já tem uma dinâmica própria, consolidada pelo governo (Alberto Cardoso, Estado de São Paulo 11/11/00)³

O enquadramento dado ao MST como ator coletivo tomou duas formas: a primeira como ator coletivo desvinculado de seus objetivos iniciais de reforma agrária e direcionado a fins políticos apenas, desprovido, pois de legitimidade. E a segunda por meio da qualificação do movimento como um partido político

1 Ministro da Justiça.

2 Fala proferida por Ministro do Desenvolvimento Agrário em ocasião da ocupação de usina em Pernambuco pelo MST.

3 Entrevista ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ao jornal Estado de São Paulo em 11/11/00.

camponês radical. Essas duas formas de enquadramento são visíveis nas falas a seguir respectivamente:

A questão do MST é outra. É um movimento que está se desviando da legalidade democrática. O movimento esqueceu sua motivação fundamental, que era a reforma agrária e passou a ser um grupo de protesto organizado. O presidente considera que não deve haver, e não há, baderneiro capaz de ameaçar a autoridade de um presidente democraticamente eleito (Georges Lamazière O Globo 20/4/00)⁴

Não consta no DNA do MST as palavras pacto, trégua ou acordo. Não há paz com o MST, porque ele não considera o governo legítimo e está mais para partido camponês radical que para movimento social. Raul Jungmann, Folha de São Paulo 4/7/00

A reação do governo é enquadrada como re-estabelecimento da ordem e proteção da nação:

Quero que sejam decisões que permitam à nação compreender que ela tem garantias, que a ordem legal não será transgredida, que o governo agirá com firmeza nesse sentido (Fernando Henrique Cardoso, Jornal de Brasília 5/5/00)

Importa observar que o recrudescimento da relação entre o movimento e o governo FHC nos últimos anos de governo, cujas falas aqui apresentadas são ao mesmo tempo indicativas e parte do processo, não implica em uma ruptura entre o MST e o governo. O processo é mais complexo uma vez que há uma dependência mútua entre o movimento e o Estado. A possibilidade de permanência no tempo do último é tributária da possibilidade de desapropriação e criação de assentamentos (o que é uma prerrogativa do Estado). Da mesma forma a ação do governo nesse sentido é orientada, em grande medida, pela ação deste e de outros movimentos do campo, que estabelecem uma agenda de prioridades de desapropriação ao ocupar terras e estabelecer acampamentos – gerando o conflito que requer um tratamento pelo governo, seja o cumprimento da sentença de reintegração de posse ou o início do processo de desapropriação⁵. Mas isso não significa que os governos possam produzir determinadas formas de representação social sobre o movimento e, a partir delas, justificar e

4 Porta-voz da Presidência da República.

5 Entre 1986 e 1997 nas regiões sul e sudeste e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, do total de assentamentos realizados pelo Estado, 77% foram originados de ocupações (Silva e Fernandes, 2005).

legitimar ações como: aumento do policiamento, prisões e criação de constrangimentos legais.

Um exemplo elucidativo de constrangimento legal que se segue a uma processo de recrudescimento da relação entre governo FHC e MST e de produção de enquadramentos e categorizações negativas é a aprovação da Medida Provisória Nº 2.138-56 em 2001 que determina juridicamente a ilegalidade da ocupação de terras e estabelece sanções para quem a levar a cabo:

O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (Medida Provisória Nº 2.138-56, Artigo 2, Parágrafo 6).

A adoção desta medida corresponde a uma delimitação jurídica do que consiste em uma forma de protesto legal ou ilegal. Ela é importante também para entender as alterações que se dão nas formas de protesto utilizadas pelo MST a partir de então, como a ocupação de fragmentos às margens da estrada próxima à propriedade alvo e a ocupação de propriedades vizinhas.

A partir de 2003 há uma mudança marcante no que diz respeito às formas utilizadas pelo governo para enquadrar o MST e suas ações. Em primeiro lugar os qualificadores da ação de protesto não aparecem de forma tão clara e direta como no caso do governo anterior. As referências tanto às ações do movimento quanto a ele próprio aparecem de forma mais ambígua, referenciadas por termos como "conflitos", "manifestações", "eventuais excessos", etc.

À diferença do enquadramento dado à ação do movimento no governo anterior, no governo Lula a oposição entre ações de protesto e democracia se inverte. As referências às ações coletivas do MST são feitas de modo a enquadrá-las como parte da democracia, como processos "normais" em um regime democrático.

Tabela 2. Qualificadores Governo Lula

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
Nos últimos 20 anos, de abril a junho, os trabalhadores rurais se mobilizam como como agora	trabalhadores rurais	Estamos na perspectiva de que as metas anunciadas pelo presidente para o setor sejam cumpridas
direito de reivindicar e protestar	educador que vem sendo demonizado por parte mídia	qualquer decisão do governo em relação ao MST deve ser tomada sob o império da lei
Conflitos	O governo acha que o MST está no seu papel de impulsionar a reforma agrária porque ele é protagonista desse processo	É um processo que nós temos que respeitar e, obviamente, para os excessos existem normas e lei
Não acho que haja razões para as ocupações ocorrerem neste momento em que temos recursos assegurados para dar velocidade ao programa de reforma agrária.	O sujeito está debaixo de uma lona preta há quatro anos, não tem acesso à escola pública nem a posto de saúde	A reforma agrária é um projeto prioritário do governo
conflitos no campo	O governo é parceiro do movimento, como é do agronegócio	conflitos só podem ser enfrentados pela negociação e a justiça
É incompreensível a ocupação de uma sede do Incra	consideramos importante a pluralidade no campo	O nosso governo cumpre e cumprirá rigorosamente a legislação e as decisões judiciais.
é um desserviço porque atrasa o trabalho num momento em que estamos num ritmo crescente.	A relação do movimento com o governo é de parceria, mas não de submissão.	As ações que ultrapassarem os limites democráticos serão tratados de acordo com a lei
Não penso que essa tática contribua para acelerar o ritmo	Alheio ao que realmente está acontecendo no campo brasileiro	Há várias áreas que por força da legislação, não serão vistoriadas
Manifestações	Se o MST não vê ou não sabe, é porque está longe destas terras e desta gente	as manifestações devem ser acompanhadas num ambiente de normalidade democrática, o direito à manifestação e as opiniões
direito a manifestação e opinião	interesses particulares ou de grupos	Estamos trabalhado em ritmo acelerado
dinâmica social, política e coletiva	Amizade	Não vamos criminalizar os movimentos sociais nem cooptá-los
(-) criminalidade	amigos de ontem, hoje e sempre	A lei diz, todo cidadão tem direito a vida, educação, saúde, moradia. Não dá pra escolher a lei só para um lado.

Tabela 2. Qualificadores Governo Lula (Cont.)

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
o é natural que se expressem	tenho consciência do que representa o MST para a história do povo trabalhador brasileiro e para a história política deste país	uma violência institucional em cima disso não vai ajudar a democracia nem os investimentos
(-)clima pacífico e democrático no país	um dos movimentos mais sérios deste país	O governo está operando peremptoriamente, sistematicamente e será feita a reforma agrária no Brasil.
(-)dentro do império da lei	Meus companheiros	Estamos colocando recursos à disposição (dos órgãos responsáveis), promovendo desapropriações diárias e colocando em prática as medidas para promover a reforma agrária dentro de um programa legal
conflitos fazem parte da democracia		A novidade é que o governo federal não está criminalizando os movimentos sociais
(-) Estado de Direito estão ameaçados		O governo federal tem agido para que a lei seja cumprida.
(-) legalidade ameaçada		impedir que este conflito se transforme em um confronto cristalizado
Eventuais excessos		Temos construído uma relação correta de diálogo com todos os movimentos sociais
grito (lula)		Temos preservado o diálogo, mas isso não significa concordância com abusos ou atos de ilegalidade.
radicalismo (lula)		A reforma agrária vai sair, sim, no governo Lula
importante que eles façam		respeitando a legislação vigente e no clima de harmonia que norteia o comportamento do meu governo
(-) coisa muito grave		Vamos fazer reforma agrária do jeitinho que eu acredito que tenha que ser feita: desapropriando áreas improdutivas. Nenhuma terra produtiva será mexida

Tabela 2. Qualificadores Governo Lula (Cont.)

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
conquista universal da sociedade em todo o mundo		Nos comprometemos a fazer a reforma agrária até o final de 2006
exercício da democracia,		esse é o compromisso que vamos cumprir
Quem quiser fazer suas manifestações, este é um país democrático, é um país livre		publicamente assumi um compromisso com eles.
(-) senso de responsabilidade		O governo mantém conduta de respeito aos movimentos sociais e sindicatos,
(-) agir com maior responsabilidade possível		existe um ambiente permanente de negociação
dentro da média histórica		isso não significa concordância com a opinião e ações dos movimentos
isso não significa concordância com a opinião e ações dos movimentos, que são responsáveis por suas ações		Obviamente nós não podemos concordar com a ocupação do Incra, e tomaremos as medidas necessárias
(-) respeito a leis, normas e regras		As sedes do Incra devem ser liberadas
não podemos concordar com a ocupação do Incra		Uma determinação clara é assegurar o acesso à terra, gerar trabalho e emprego no campo e realizar todas as diretrizes do Planos Nacional de Reforma Agrária
atrapalha a reforma agrária		A minha relação com o movimento sindical, com os trabalhadores deste país, com a parte pobre da sociedade, não é eventual, não é ocasional. É uma coisa de vida e de origem
conquista da cidadania		pedi para o presidente do Incra que assumisse o compromisso de regularizar a situação de vocês.
o fato de estarem acampados aqui não é culpa de vocês, é de uma estrutura		É muito importante ter essa relação de amizade porque eu sei de onde vim, eu sem quem são meus amigos de ontem

Algumas pessoas tentam fazer disso uma coisa muito grave, às vezes até que tentam vender como se fosse maior do que é. Temos que entender que passeatas, manifestações e greves são uma conquista universal da sociedade em todo o mundo. E temos que conceber que isso significa o exercício da democracia, gostemos ou não (Lula, Gazeta Mercantil 20/4/04).

Outro elemento relevante do enquadramento das ações do MST é a oposição das ações do movimento aos objetivos da reforma agrária. Essa correlação aparece de maneira mais freqüente do que no governo FHC – ainda que de maneira menos direta e mais sutil – e constitui a principal forma de enquadrar negativamente as ações do movimento, uma vez que estão ausentes qualificações diretas como “crimes”, “delitos”, “ações ilegais”. Nesse sentido as ações são classificadas como “injustificáveis” e “desnecessárias” quando contrastadas à prioridade dada à reforma agrária pelo governo.

Não acho que haja razões para as ocupações ocorrerem neste momento em que temos recursos assegurados para dar velocidade ao programa de reforma agrária. Não vejo razões para ampliar o padrão de conflitos no campo (Miguel Rossetto, O Globo 6/4/04)⁶

Essa forma de enquadrar a ação ocorre de maneira simultânea e é reforçada pela constante referência à trajetória do partido e do presidente – fundamento também do enquadramento da reação – o que é realizado de forma indireta a partir da re-afirmação do lugar prioritário que a reforma agrária ocupa no projeto histórico do governo. Nessa forma de enquadramento da ação e da reação também está presente a confirmação da trajetória pessoal do presidente como aliado da reforma agrária e do MST:

É muito importante ter essa relação de amizade porque eu sei de onde vim, eu sei quem são meus amigos de ontem, hoje e sempre, eu sei quem são os meus amigos eventuais, eu sei quem são os oportunistas (...). E tenho consciência do que representa o MST para a história do povo trabalhador brasileiro e para a história política deste país (Lula, Folha de São Paulo 22/1/05)⁷.

6 Ministro do Desenvolvimento Agrário.

7 Esta e as duas falas anteriores foram emitidas em ocasião de visita a área ocupada no sul da Bahia.

Cortes de rodovia e representações na Argentina

Tabela 3. Qualificadores Governo De la Rúa

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
Pressão	(-) enquadram legalmente	Estamos dispostos a evitar todo o tipo de conflito
ato de violência	desesperados que estão muito melhor, sem dúvida, do que os verdadeiros desesperados que atende o Estado	mas não aceitaremos o diálogo sob pressão
(-) metodologia normal	está fora da lei	Este governo comunica claramente que não vai sustentar uma política de negociação de crise ou de conflitos com quem esteja cortando rodovias.
Delito	se intrometem determinados dirigentes	O governo não pode dar aval a esse tipo de pressão
(-) direito constitucional à livre circulação	grupos minúsculos, guiados sabe-se por que interesses	buscar outros mecanismos de diálogo democrático e construtivo
tipo de pressão	Organizações de distintas ideologias políticas	creio que é importante manter um diálogo
Uma coisa é o protesto e outra o método		temos direito a exigir que se respeite o direito de todos
(-) método que se vêem obrigados a usar hoje		Ninguém tem direito, em um Estado de liberdades públicas, a negar-lhes o direito a peticionar
(-) maneira de expressar esse protesto		nós, como governo, somos os custódios da lei.
vai contra a lei		vamos dar-lhes oportunidade para que mudem a metodologia do corte
tipo de manifestação que se relacione com o delito		Uma vez que eles expressem que vão seguir adiante com essa metodologia o governo vai aplicar a lei
Violência		O Estado tem que dar resposta de acordo com as reivindicações, tratando de solucionar os problemas.
promover situações de anarquia		O Estado tem o poder da lei e deverá exercê-lo.

Tabela 3. Qualificadores Governo De la Rúa (Cont.)

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
Violentar		garantir a livre circulação e a paz entre os argentinos
Sedição		o governo vai contestar com a lei
quinada da violência		garantir a livre transitividade das rodovias
Violência		assegurar a livre circulação
Cercear o direito do outro		tomar medidas que a autoridade judicial considere necessário

A análise das formas de representação dos *piqueteros* e de suas ações de protesto produzidas pelos governos argentinos deve ser feita levando-se em consideração os processos de mudança político-social pelo qual passou o país no período entre 2000 e 2005. Nesse sentido cabe destacar em um primeiro momento a deterioração da situação de desemprego e pobreza nos anos de 2000 e 2001, período de ascensão e nacionalização dos movimentos *piqueteros* e de consolidação dos cortes de rodovia como repertórios de protesto. A queda do governo De la Rúa também teve efeitos marcantes e de certa forma pautou as formas de enquadramento do protesto feitas pelos representantes do Estado nos anos imediatamente seguintes. Outra observação diz respeito ao contexto posterior a 2004, de recuperação dos níveis de emprego em relação aos anos imediatamente anteriores. Tal contexto teve impacto sobre as formas de enquadrar as organizações de desempregados e suas ações de protesto após 2004.

No primeiro governo do período em análise os cortes de vias públicas eram enquadrados como métodos anormais ou ilegítimos de protestar – em um contexto no qual tal repertório ainda não havia se estabilizado como tal:

Se há um grupo que quer se organizar e está contra o ajuste, pode fazer uma marcha, um ato, pode fazer distintas coisas, mas o que não me parece bem é que se façam cortes de rodovias (Patricia Bullrich, Página/12 26/7/01)⁸.

A ação era também enquadrada como delito ou violação do direito de livre circulação, referência que também pauta o enquadramento da reação do Estado:

A decisão de todo governo é uma estratégia muito clara: primeiro vamos dar-lhes oportunidade para que mudem a metodologia do corte por uma metodologia normal de qualquer organização política, que pode ser um ato, um protesto, mas não um corte de rodovia, porque segundo entende o governo, vai contra a lei. Uma vez que eles expressem que vão seguir adiante com essa metodologia o governo vai aplicar a lei (Patricia Bullrich, La Nación 30/7/01).

É legal protestar, mas há que fazer-lo às margens da rodovia, em uma praça, fazer um *escrache*. Cercear o direito do outro é ilegal e por isso fizemos uma apresentação ante o juizado federal de Ballestero colocando em seu conhecimento a informação acerca dos cortes de rodovia planejados com o fim de alterar gravemente a ordem pública (Juan Pablo Baylac, Página/12 30/7/01)⁹.

No enquadramento produzido sobre as organizações de desempregados destaca-se o estabelecimento de uma correlação entre estas organizações e lideranças com interesses políticos, não correspondentes a uma reivindicação de “desesperados genuínos”:

O governo conta com a adesão da maioria silenciosa dos homens e das mulheres que não querem violência, mas sim viver em paz. Luis D’Elia junta desesperados que estão muito melhor, sem dúvida, do que os verdadeiros desesperados que atende o Estado (Juan Pablo Baylac, La Nación 12/6/01).

É legítimo, mas há modos de protestar. Quando o protesto é dos cidadãos que sofrem tem um nível, mas outra coisa é quando se intrometem determinados dirigentes que utilizam o piquete como uma ação política (Juan Pablo Baylac, Página/12 30/7/01).

9 Porta-voz da Presidência da República.

Tabela 4. Qualificadores Governo Duhalde

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
me parece bem que se manifeste a favor de algo	grupos minoritários que apelam ao caos e que falam de situação pré-revolucionária	Estado não pode fazer uso da violência, aquele que o faz se converte em um Estado autoritário
têm que se manifestar		vamos deixar as pessoas se manifestarem como têm que se manifestar
expressão livre dos manifestantes		em um Estado de direito, o uso da força por parte do Estado é a última razão
direitos de quem se manifestou		Não se permitirá que se incomunique a cidade de Buenos Aires com o corte de todos os seus acessos
ameaçar e substituir a fórmula de consenso que a maioria dos argentinos elegimos		De nenhuma maneira impede expressão livre dos manifestantes
escalada de ações violentas		atitude de total abertura ao diálogo
alteração da ordem pública		
ameça ao derrocamento dos poderes constituídos		
expressão livre dos manifestantes		
Virulência		
medidas que prejudiquem à comunidade		

As representações produzidas no governo Duhalde diferiram em grande medida do enquadramento dado no marco do governo De la Rúa para o protesto dos *piqueteros*. Os cortes de vias públicas deixam de ser enquadrados como formas anormais de protestar¹⁰ e passam a ser representados como exercício do direito à manifestação. Nesse sentido é elucidativa a afirmação do Chefe de Segurança Juan José Álvarez quando de uma das primeiras manifestações com cortes de vias públicas no governo Duhalde:

10 Note-se que o ano de 2002 registrou o maior número de cortes de rodovias (2.336) em todo o período estudado.

Eu sei que com a tensão que existe toda manifestação pode ser perigosa. Mas me parece bem que se manifeste a favor de algo (Juan José Alvarez, Página/12 17/2/02)¹¹

O enquadramento das reações do governo é feito, inicialmente, partindo-se de uma retórica anti-repressiva – note-se que a repressão das manifestações de dezembro de 2001, quando renuncia De la Rúa, havia resultado no assassinato de mais de vinte manifestantes:

O importante é que, em geral, tudo se desenrolou sem violência. Foi um dia de protesto pacífico, onde se respeitaram os direitos de quem se manifestou (Juan José Alvarez, Página/12 21/2/02)

Contudo, a partir de meados de 2002 há uma mudança na forma de enquadrar tanto as organizações piqueteras, suas ações, e concomitantemente, as reações do governo¹². Os atores coletivos passam a ser enquadrados como organizações clientelares, em oposição à representação das necessidades reais dos pobres.

Há movimentos de desocupados que vêm ao Ministério do Trabalho para pedir a baixa dos beneficiários, ou seja, os que representam os pobres o que na realidade querem é manipular os pobres para ter-los como clientelas fixas nas marchas (Graciela Camaño, Página/12 20/1/03)¹³.

Desejo descartar qualquer vinculação entre como ocorreram os fatos de violência que levaram à morte dos meninos e a intenção dos grupos minoritários que apelam ao caos e que falam de situação pré-revolucionária. Mas que complô devemos falar dos indícios que hoje aparecem nas testemunhas gráficas dos meios (Eduardo Duhalde, Página/12 29/6/02).

O enquadramento das ações de protesto ganha um viés mais negativo, com a presença de termos qualificadores como: “virulência”, “medidas que prejudicam a comunidade” e “alteração da ordem pública”.

11 Secretário de Segurança.

12 É importante observar em junho de 2002, em ocasião de uma ação coordenada por diversas organizações de desempregados de corte de todos os acessos à capital Buenos Aires, as forças policiais reprimem os manifestantes e matam dois militantes de uma das organizações, que cortavam o Puente Pueyrredón, que dá acesso a Avellaneda.. Esse momento representa o ponto de inflexão da mudança na retórica e na política do governo Duhalde em relação aos piqueteros e aos cortes de rodovia. Denota a passagem a uma postura mais intolerante.

13 Ministra do Trabalho.

Os eventos de Avellaneda indicam uma escalada de ações violentas que partem da alteração da ordem pública e continuam com a perda de vidas humanas, ameaçando, inclusive, com o derrocamento dos poderes constituídos (Jorge Vanossi, Página/12 28/6/02)¹⁴.

A reação do Estado, que ganha uma tônica mais repressiva, é enquadrada como forma de garantir a ordem pública.

Não se permitirá que se incomunique a cidade de Buenos Aires com o corte de todos os seus acessos (Juan José Alvarez, Página/12 24/6/02).

Tabela 5. Qualificadores Governo Kirchner

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
passou do limite do razoável	dirigentes destes setores conseguem 2 por cento 1 por cento dos votos, com sorte, em todo o país.	tampouco podemos deixar impunes excessos desta natureza
Excessos	tipos que estão vocacionalmente ligados a um partido	exerça a autoridade que lhe confere a decisão popular
equivocando de caminho	se apresentam em eleições e ninguém vota neles.	há que fazer-lhes sentir a autoridade
eles o judicializam (protesto)	Não estão legitimados	O governo abriu canais de diálogo com as organizações piqueteras que antes nunca tiveram
(-) protestam por tema pontual	<i>piqueteros</i> são mal marketing	Não vamos reprimir nunca com paus
Quilombo pelo quilombo em si	Clientelismo	Não quero criminalizar o protesto
protesto ligado a seu protesto no partido	grupos ligados a estruturas políticas	temos bem claro aonde vamos
Queixa	ganhando o desprezo da sociedade que não apóia esse método	nós preferimos não reprimir
não é solução	nível de rechaço social que estão experimentando	há que sancionar-los como marca o Código Penal, não há que ter meias tintas
não dão resultado	não são vítimas. Eles são pessoas que expressam do pior modo seu <i>enojo</i>	Diálogo

14 Ministro da Justiça.

Tabela 5. Qualificadores Governo Kirchner (Cont.)

Qualificação da Ação	Qualificação do Ator	Qualificação da Reação
Desmandes	São setores político-partidários que dificilmente querem escutar nossa opinião	Consenso
Vantagem político-eleitoral	Um grupo residual que se concentra no microcentro porteño e que alguns meios de comunicação amplificam	portas abertas
Pressão	sem legitimidade do poder transferido do povo	Tolerar
Extorsão		a primeira política do governo foi o diálogo
Extemporâneo		não se pode ter um política de repressão selvagem e tampouco uma de inação
Insuportável		A perícia tem que estar na prevenção
pressão que os argentinos estamos cansados de tolerar		não vamos criminalizar o protesto social
Sociedade que não apóia esse método		recuperar vida normal dos argentinos
tipos de expressões		temos que escutar (reclamos)
(-) modo de reclamar		Não se deve levantar nenhuma mão nem nenhuma ação que tenda a cortar essa liberdade
Expressão do pior modo de sua ira		será denunciado à justiça
geram incômodo na sociedade		oportuno e conveniente não permitir que chegassem á praça
não rendem nenhum fruto		o Estado vai permitir que se aproximem da Plaza de Mayo
não ajudam a solucionar os problemas que a sociedade tem		Vamos permitir o ingresso pela avenida e Mayo à Plaza de Mayo

As representações produzidas no governo Kirchner para as organizações piqueteras e suas ações podem ser divididas em três eixos principais: alusão frequente ao tema da melhora nos índices de desemprego e recuperação da crise, que pauta tanto representações das ações das organizações piqueteras como o enquadramento das reações do governo; reafirmação de uma polarização entre os cortes de vias públicas e a opinião contrária da sociedade; iden-

tificação negativa das organizações piqueteras com líderes da minoria político-partidária.

As principais formas ação coletiva das organizações piqueteras são enquadradas como extemporâneas e desgastadas quando contrastadas com um contexto de melhora econômica e aumento no nível de emprego. Os cortes de rodovia também são representados através da construção de uma oposição entre esta forma de protesto e aquilo que seria a opinião ou o desejo do país. Nesse sentido há uma referência constante a pesquisas de opinião pública que sugerem alto grau de rechaço da sociedade aos cortes de rodovia – notadamente após 2004. Portanto, na representação das ações de protesto dos *piqueteros* há uma combinação entre referências à melhora da situação do país e à reprovação da forma de protesto pela sociedade, o que culmina na constatação de uma ausência de legitimidade nas ações dos *piqueteros*:

Eu creio que quem toma esse tipo de atitude deve entender que está ganhando o desprezo da sociedade que não apóia esse método, ainda que sejam pessoas que reclamam planos porque necessitam (Alberto Fernandez, Página/12, 11/2/04)¹⁵.

Esses grupos sociais que hoje estão trabalhando aqui entenderam que há uma nova realidade e uma nova Argentina. Que a etapa dos cortes de rodovias e de ruas geram incomodidade na sociedade, não rendem nenhum fruto e não ajudam a solucionar os problemas que a sociedade têm (Oscar Parrilli, Página/12, 22/6/04)¹⁶.

O enquadramento das organizações de desempregados como atores coletivos se dá em convergência com os governos anteriores. As organizações piqueteras são relacionadas com grupos de esquerda marginais do ponto de vista eleitoral, o que daria a elas um caráter essencialmente político, com interesses eleitorais, em oposição ao que deveria o real interesse das camadas empobrecidas e desempregadas:

Me refiro aos tipos que estão vocacionalmente ligados a um partido. E o protesto está ligado a seu protesto do partido e não ao reclamo formal. Falo do Polo Obrero, MST, para dar dois exemplos, Eles se apresentam em eleições e as pessoas não votam neles. Não estão legitimados (Anibal Fernandez, Página/12, 27/11/03)¹⁷.

15 Chefe de Gabinete.

16 Secretário Geral da Presidência.

17 Ministro do Interior.

Há grupos ligados a estruturas políticas, o Partido Obrero, Izquierda Unida, MST, PCR, que tiram disto uma sorte de vantagem político eleitoral (Anibal Fernandez, Página/12, 13/12/03).

No tocante à representação da reação do governo em relação aos *piqueteros* podem-se observar três orientações principais. Em primeiro lugar dá-se repetido destaque à prioridade do governo na questão do desemprego e recuperação da economia:

O governo colocou o emprego no centro de suas decisões. Se avançará no investimento em obras públicas e moradias como um dos mecanismos mais rápidos, ativos e concretos para lograr trabalho formal (Carlos Tomada, Página/12 5/11/03)¹⁸.

A segunda orientação envolve o destaque dado à política de não repressão. Cumpre observar que essa postura é fundamentada e guarda relação com a retórica mais ampla de defesa de direitos humanos do governo Kirchner:

A filosofia do governo não é reprimir, mas sim a paciência e definir que se vai atacar a causa tratando de morigerar os problemas sociais para que desapareça a emergência (Anibal Fernandez, Página/12, 6/11/03).

Mas ao lado da retórica de não repressão física estão freqüentes menções a constrangimentos legais como limites para o protesto, o que seria a terceira orientação a qual nos referimos:

Quando se tomam atitudes destas características, é justo que o Estado exerça a autoridade que lhe confere a decisão popular. Com o Código Penal nas mãos há que fazer sentir a autoridade a quem está se equivocando de caminho (Anibal Fernandez, Página/12, 26/10/03).

Conclusões

A análise das falas proferidas por representantes do governo em relação a ações de protesto e seus agentes no Brasil e na Argentina é útil como forma de identificar as representações oficiais que cada governo busca produzir. É possível notar, por meio dos dados de ambos os países, que cada governo utiliza uma estratégia diferente para enquadrar os movimentos, suas ações de protesto e a reação oficial a essas ações. A cada forma de enquadramento corresponde tanto uma orientação político-ideológica dos representantes do governo, como também uma determinada conjuntura política e social que a permite.

18 Ministro do Trabalho.

O primeiro caso pode ser verificado no Brasil após 2003, com uma mudança na forma de representar o MST, o seu protesto e relações do governo com o movimento. A entrada do governo do PT configurou um novo contexto político, com uma base heterogênea que foi ficando visível ao longo do primeiro mandato. Também configurou-se um canal maior para o diálogo com o MST e com outros movimentos sociais, notadamente com a re-estruturação de alguns ministérios e criação de secretarias especializadas. Concomitante a este processo está a construção simbólica de sentido para as ações de protesto do MST, por meio do poder oficial de nomeação. Esta construção de sentido para as ocupações de terra – que de um lado legitimava o movimento como ator político, e de outro deslegitimava suas ações de protesto de forma sutil e ambígua – esteve subjacente à construção de justificativas para algumas ações materiais do governo. Como, por exemplo, a não revogação da Medida Provisória de 2001 que penaliza as ocupações de terra.

O segundo caso, no qual aspectos da conjuntura sócio-política se impõem como determinantes ao lado das orientações políticas do governo, pode ser observado nas diferentes representações produzidas pelos governos de De la Rúa, Duhalde e Kirchner em três contextos políticos diferentes na Argentina. Em um momento de início da crise, quando os cortes de rodovia ainda não eram repertórios estáveis e comuns. Em um segundo momento, de crise política institucional, quando a mobilização social na forma de piquetes atinge seu ponto máximo. E em uma terceira conjuntura de estabilização econômica e política, com redução dos níveis de desemprego e concomitante redução nas bases das organizações piqueteras. A estes contextos políticos e econômicos distintos estiveram relacionadas formas distintas de construção de significado oficial para o protesto.

Pode-se dizer que estes significados produzidos pelas formas de enquadramento aqui analisadas, foram ao mesmo tempo influenciados pelo contexto político e econômico, como tiveram impacto sobre a conjuntura política e sobre as ações legais e materiais do governo em relação ao protesto. E nesse sentido argumentamos que os enquadramentos simbólicos, como parte das políticas de cada governo no que diz respeito ao protesto social dos grupos em questão, tiveram impacto nos repertórios de ação coletiva. Tanto em sua forma como em sua intensidade.

A pesquisa assinala como, no caso do Brasil, a utilização do poder simbólico de nomeação por parte dos representantes do governo FHC esteve alinhada à política de produção de constrangimentos legais para as ações do MST. Há vista a Medida Provisória de 2001 que passa a penalizar a ocupação de terras como forma de reivindicar reforma agrária. Também cabe apontar para as diferenças em termos de produção de representações pelo governo Lula e o governo FHC. Ao passo que no último os enquadramentos negativos da ação e do

ator coletivo aparecem de forma mais clara e direta, no caso do primeiro as referências são ambíguas e menos diretas. O que não significa que esta forma de representação observada na retórica do governo Lula não tenha produzido enquadramentos deslegitimadores das ações de protesto do movimento. Apenas o fez de forma mais ambígua e sutil.

As formas de enquadramento das ocupações de terra no governo Lula apresentam um paralelo interessante com as formas de enquadramento dos piquetes no governo Kirchner, qual seja a de ressaltar as políticas do governo como eficazes e legítimas, abrindo espaço para a idéia de que as ações de protesto não seriam mais necessárias naquele contexto, levando pois a uma forma sutil de deslegitimação. Cabe destacar que a retórica de ambos os governos esteve respaldada por índices altos de popularidade e apoio no contexto de cada país.

O governo Kirchner constrói uma representação dos *piqueteros* utilizando-se de elementos do contexto político e econômico do país que favoreciam um enquadramento negativo destes atores coletivos. Neste sentido interessa observar como o poder simbólico de dominação pode ser utilizado de forma estratégica, naquilo que Svampa (2009) chamou de política anti-piquetera. E que teve como efeito, dentre outros, a perda de capacidade de convocatória das organizações e o reforço da estigmatização e rechaço dos *piqueteros*, classificados como atores desnecessários, fora do contexto e defasados.

Em que pese o poder simbólico das representações produzidas pelos representantes do Estado e a assimetria no poder de nomeação dos governantes, cabe assinalar que as representações não são produzidas de forma unilateral e independente dos determinantes materiais. As formas de enquadramento dadas pelo governo aos movimentos sociais e às suas ações de protesto são fruto também da relação dos diferentes governos com estes movimentos. Relação esta que se dá, além do nível simbólico e lingüístico, também no nível das ações materiais. Daí a necessidade de se estudar o nível simbólico da relação e ao mesmo tempo não tratá-lo como esfera única. Há que se considerar também os elementos materiais da interação, como a repressão, as políticas oficiais de judicialização, criminalização, etc. Uma análise do nível simbólico pode, com efeito, elucidar o processo de interação dos movimentos sociais com os governos na medida em que se leva em conta também os determinantes materiais da interação.

Referencias bibliográficas

- AARTS, Bas. BAUER, Martin (2002). A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes.
- ALGRANATI, C.; SEOANE, J.; TADDEI, E. (2004). Los movimientos sociales en América Latina frente al libre comercio y la criminalización de la protesta. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 14.
- AUYERO, Javier. **La Protesta: retratos de la beligerância popular em la Argentina democrática**. Centro Cultural Rojas-UBA. Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://www.sunysb.edu/sociology/?faculty/Auyero/auyero>> Acesso em: 02 Jun. 2007.
- BARDIN, Lawrence (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- BAUER, Martin (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL. **Medida provisória n.2183-56** de 04 de maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm> Acesso em: 04 dez. 2008
- BOURDIEU, Pierre (1996). **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus.
- BOURDIEU, Pierre (2006). **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertand Brasil.
- CARRERA, Nicolas; COTARELO, Maria (2001). La Protesta en Argentina. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 5.
- CARRERA, Nicolas; COTARELO, Maria (2001). La Protesta en Argentina. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 5.
- CATELA, Ludmila (2004). Nos vemos en el piquete. In: GRIMSON, Alejandro (Org.) **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. (1999). **Social Movements: an introduction**. Malden: Blackwell.
- DELLA PORTA, D. (1996). Social Movements and the State: Thoughts on the policing of protest. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. **Comparative perspective on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge Univ Press.
- FARINETTI, Marina (1999). "¿Qué queda del movimiento obrero? Las formas del reclamo laboral en la nueva democracia argentina." **Trabajo y Sociedad**, n. 1 Jul-Set.
- FERNANDES, B.; SILVA, A.M. (2006). Ocupações de Terra - 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. **Conflitos no Campo no Brasil 2004**, Goiânia, v. 20.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles (2001). **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge Univ Press.
- MEDEIROS, Leonilde (2003). Luta pela terra: resultados e possibilidades. **Conflitos no Campo no Brasil 2002**, Goiânia, v. 1, p. 27-30.

- MELUCCI, Alberto (1996). **Challenging Codes**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press.
- Observatorio Social de América Latina**. Cronología del Conflicto, Buenos Aires, v. 1 a 18, 2000 a 2006.
- ROSA, Marcelo (2004). As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 47, n. 3.
- ROSA, Marcelo (2004). Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil: os impactos das ações do MST sobre o sindicalismo rural. In: Alejandro Grimson. (Org.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso.
- SIGAUD, L. M.; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Enriquez (2008). Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142.
- SVAMPA, Maristela (2008). **Cambio de época**: movimientos sociales y poder político. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- SVAMPA, M; PEREYRA, S. (2003). **Entre la Ruta y el Barrio**: La Experiencia de las Organizaciones Piqueteras. Buenos Aires: Biblos.
- ZALD, M. (1996). Culture, Ideology, and strategic framing. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. **Comparative perspective on social movements**: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge Univ Press.